

# **BOLETIM ECONÔMICO**

**Nº 01/2021**  
**Setembro**

## **Além da pandemia**

Desafios da economia nacional e regional não se limitam à superação do cenário pós-Covid 19

## **Melhora tímida**

Desemprego cai, mas taxa de desocupação e subutilização da força de trabalho permanece em alta no GABC

## **Crescimento imperceptível**

Primeiro semestre de 2021 registra discreta elevação na movimentação econômica da região

## **Alta de preços**

Inflação em crescimento pesa sobre ritmo de retomada da atividade econômica



PREFEITURA DE  
**SANTO ANDRÉ**

# **EXPEDIENTE**

## **PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ**

Paulo Serra – Prefeito

Luiz Zacarias – Vice-prefeito

## **UNIDADE DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS - UPAE**

José Police Neto - Superintendente

Mario Matiello - Diretor

Marília Camargo - Diretora

Reinaldo Bascchera - Diretor

Giácomo Borges - Ger. de Planej. e Proj. Urbanos

Valéria Delaguardia - Ger. de Inf. ao Planej.

Daniel da Luz - Ger. de Leg. e Pol. Urbanística

Ronaldo Ávila de Paula - Ger. de Ind. Sociais e Ec.

Sandro Renato Maskio - Economista

Katia Oyakawa - Engenheira

Cintia Pessolato Efraim - Arquiteta

Eduardo Andreatta - Arquiteto

Rafael Cruz - Arquiteto

Cristina Pegurer - Arquiteta

Tiago Gomes - Arquiteto

Silvana Gimenes - Socióloga

Maria Aparecida Benetti - Asses. de Governo

Ana Paula Lepori - Asses. de Diretoria

Diego Cabral - Asses. de Departamento

Ana Paula Malveze - Asses. de Departamento

Daniel Buissa - Coordenador Técnico

Renan Santiago - Assist. de Diretoria

Thiago Rocha - Assist. de Diretoria

Celso Silva - Assist. de Diretoria

Marli de Souza - Assist. Administrativo

Claudia Vaz - Assist. de Departamento

Paula Canassa - Enc. de Acomp. de Proj.

Andreia Gusmão - Enc. de Planej. Urb.

Fernanda França - Enc. de Instr. Urban.

Daniela Rosas - Enc. de Gestão de Projetos

Andreia Gusmão - Enc. de Planej. Urb.

Regina Shizue - Enc. de Inf. ao Planej.

Regina Nakamatsu - Enc. de Acervo Técnico

Debora Stefanelli - Enc. de Diretrizes Urb.

Bianca Nogueira - Ag. de Des. Infantil

Angelita Menezes - Prof. Ed. Inf. e Ens. Fund.

Fernanda Donegá - Estagiária

## **COORDENAÇÃO DO BOLETIM ECONÔMICO**

Sandro Renato Maskio

Gerência de Indicadores Sociais e Econômicos



PREFEITURA DE  
**SANTO ANDRÉ**

# SUMÁRIO

|          |   |           |
|----------|---|-----------|
| <b>1</b> | <b>APRESENTAÇÃO.....</b>  | <b>4</b>  |
| <b>2</b> | <b>MENSAGEM DO PREFEITO.....</b>  | <b>5</b>  |
| <b>3</b> | <b>MENSAGEM DA SUPERINTENDÊNCIA.....</b>  | <b>6</b>  |
| <b>4</b> | <b>OS DESAFIOS DA ECONOMIA BRASILEIRA<br/>E SEUS REFLEXOS REGIONAIS.....</b>                  | <b>8</b>  |
| <b>5</b> | <b>COMÉRCIO EXTERIOR.....</b>   | <b>11</b> |
|          | CORRENTE DE COMÉRCIO EXTERIOR AUMENTA 38% NO<br>PRIMEIRO SEMESTRE DE 2021 EM SANTO ANDRÉ..... | 11        |
| <b>6</b> | <b>MERCADO DE TRABALHO.....</b>   | <b>13</b> |
|          | A RETOMADA DO EMPREGO É SEMPRE LENTA.....   | 13        |
| <b>7</b> | <b>ATIVIDADE ECONÔMICA.....</b>   | <b>16</b> |
|          | PEQUENOS SINAIS DE MELHORA NO RITMO DA ECONOMIA.....  | 16        |
|          | INFLAÇÃO.....   | 17        |
| <b>8</b> | <b>INDICADORES.....</b>   | <b>20</b> |
|          | BRASIL E ESTADO DE SÃO PAULO.....   | 20        |
|          | GRANDE ABC E SANTO ANDRÉ.....   | 21        |

## 1. APRESENTAÇÃO

Produzido pela Unidade de Planejamento e Assuntos Estratégicos da Prefeitura, sob a coordenação da Gerência de Indicadores Sociais e Econômicos, este Boletim Econômico tem por objetivo disponibilizar dados e informações de acompanhamento da conjuntura econômica do município e do Grande ABC.

Com periodicidade bimestral, o documento visa ser um canal de divulgação e compartilhamento de informações econômicas, propiciando ao leitor a compreensão do panorama econômico em vários de seus aspectos, contextualizados segundo a perspectiva dos cenários nacional e internacional.

Além da sistematização de dados estatísticos sobre o mercado de trabalho, comércio exterior, atividade econômica e finanças públicas, serão também produzidas análises com vistas a qualificar o acompanhamento e reflexão sobre a dinâmica do desenvolvimento local.

Nesta edição, o fluxo atual de comércio exterior é analisado em comparação com seu desempenho em períodos anteriores e também quanto à sua composição nos períodos recentes. O tópico de avaliação do comportamento do mercado de trabalho concentra-se sobre a parcela do mercado de trabalho formal – em função da disponibilidade de dados regionais – e é complementado com algumas inferências que relacionam o comportamento local às tendências observadas em níveis metropolitano, estadual e nacional.

Para o acompanhamento do ritmo da atividade econômica, este Boletim lança mão da avaliação do desempenho de arrecadação do ICMS e do ISS como uma “proxy” da atividade local. Por fim, o documento traz algumas avaliações de indicadores de preços que captam da maneira mais aproximada possível sua variação local.

Espera-se que o Boletim Econômico seja mais um instrumento público de divulgação de informações que estimulem o debate e contribuam para a tomada de decisão de investimentos, projetos e ações em prol do desenvolvimento da região.

## 2. MENSAGEM DO PREFEITO

Comprometida com uma gestão pública consciente e transparente, a Prefeitura de Santo André lança o Boletim Econômico para oferecer à comunidade um conjunto de informações essenciais para o conhecimento atualizado sobre a dinâmica econômica do nosso município e região.

Na sociedade moderna, o livre acesso às informações e o estímulo ao debate são elementos-chave para produção do conhecimento e compreensão da realidade. Lançamos esta publicação com a expectativa de divulgar informações sobre o comportamento econômico de Santo André, apresentando dados estatísticos e análises que evidenciam algumas das principais potencialidades e desafios de nossa cidade.

Esta publicação soma-se, assim, ao esforço empreendido por esta administração em resgatar o planejamento do nosso território, pautado pelo diálogo aberto e permanente com a sociedade. Esperamos que este Boletim Econômico contribua para o monitoramento da faceta econômica de nosso desenvolvimento e estimule o debate em busca de novos caminhos e soluções. Boa leitura!



**PAULO SERRA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

### 3. MENSAGEM DA SUPERINTENDÊNCIA

A pandemia trouxe efeitos socioeconômicos inimagináveis há dois anos. A crise sanitária, que mostrou suas consequências mais perversas em centenas de milhares de vidas perdidas e milhões de enfermos graves, também provocou a ampliação do problema da fome e do desemprego, tendo como potente canal de transmissão destes a retração da atividade econômica.

Os reflexos deste contexto tornaram a avaliação da dinâmica social e econômica ainda mais complexa, dado que os impactos se deram de forma diferente entre os países, regiões subnacionais, além de grupos e classes sociais distintas. Nos últimos meses, especialmente do presente ano, a eficácia das ações de combate à transmissão do SARSCov2 e as estratégias de retomada da atividade econômica também têm se mostrado heterogêneas, colocando diferentes países, regiões e grupos sociais em distintos estágios de retomada do convívio social e da atividade econômica.

Por conta deste singular e desafiador momento histórico que todos estamos vivendo, acompanhar o comportamento da economia com um olhar mais refinado e perene mostra uma ação estratégica fundamental para a compreensão não só do ritmo e da tendência da retomada da atividade econômica, seja em nível macro ou regional, mas também para o entendimento das questões sociais que se agravaram nos últimos 18 meses.

O aprofundamento deste conhecimento trará, sem sombra de dúvidas, subsídios mais detalhados e assertivos para a elaboração de políticas públicas mais eficazes, tanto no que tange aos mecanismos de estímulo à retomada da atividade econômica, à geração de emprego e renda, como às ações voltadas à melhoria da qualidade de vida da sociedade, sobretudo dos mais vulneráveis, incluindo as políticas de auxílio à alimentação, renda, habitação, entre outras.

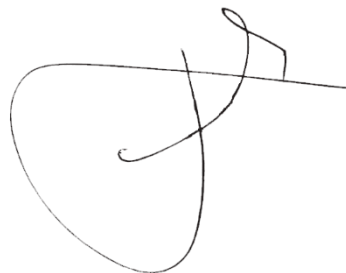
No plano regional, o desafio de trazer análises econômicas sólidas se amplia, dada a necessidade de compreender as especificidades socioeconômicas locais, sem perder de vista a interação destas com a dinâmica das economias estadual, nacional e mundial.

A economia mundial está tentando se reerguer desta que é a maior retração da atividade econômica desde 1929. Os países mais ricos largaram na frente, com destaque para EUA, UE e China, com intensos mecanismos de estímulo à retomada da atividade produtiva, recomposição da estrutura industrial e intensificação das capacidades tecnológicas.

Por aqui, os desafios são imensos. O Brasil registrou nos últimos 10 anos o pior desempenho da história econômica do país, mas isso não significa que não haja oportunidades. Saber distinguir e gerar condições para aproveitá-las será um caminho que, inevitavelmente, teremos de percorrer.

No plano regional e em Santo André, é essencial centrarmos esforços não só na retomada da atividade, mas em estabelecer as bases para recompor a estratégia competitiva da economia local, centrada na capacidade de desenvolvimento técnico produtivo e inovativo, a exemplo de algumas ilhas de competitividade regional presentes no Brasil, bem como em referências internacionais.

Frente a este cenário, o Boletim Econômico da Unidade de Planejamento e Assuntos Estratégicos tem o objetivo de contribuir para aprimorar a compreensão da dinâmica econômica conjuntural e estimular o debate sobre alternativas que propiciem o desenvolvimento progressista necessário à sociedade.



**JOSÉ POLICE NETO**  
**SUPERINTENDENTE**

## 4. OS DESAFIOS DA ECONOMIA BRASILEIRA E SEUS REFLEXOS REGIONAIS

As últimas quatro décadas registram um ritmo muito lento de crescimento econômico no Brasil. Entre 1980 e 2020, o crescimento acumulado foi de pouco mais de 122%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Composto por contextos cíclicos diferentes, conforme tabela a seguir, o período consolidou uma performance de crescimento anual de apenas 2%, aproximadamente.

| Crescimento Acumulado no Período |        |        |        |             |
|----------------------------------|--------|--------|--------|-------------|
|                                  | Br     | SP     | GABC   | Santo André |
| 1970 - 1979                      | 123,6% | 115,2% | 108,3% | 74,0%       |
| 1979 - 1989                      | 34,6%  | 15,8%  | -6,6%  | -2,8%       |
| 1989 - 1999                      | 13,5%  | 10,4%  | 3,7%   | 5,9%        |
| 1999 - 2009                      | 37,6%  | 41,5%  | 38,3%  | 4,1%        |
| 2009 - 2020 <sup>1</sup>         | 9,9%   | 8,6%   | -15,5% | 1,7%        |

Fonte: IBGE e SEADE.

Nota 1: para o Estado de São Paulo, GABC e Sto André, a último período refere-se a 2009 a 2018

Apenas para efeito de comparação, entre os anos de 1970 e 1979, a tabela acima aponta que a economia brasileira cresceu pouco mais de 123%, valor bastante próximo do acumulado nas últimas quatro décadas, apesar das diferenças de comportamento ao longo destas.

A trajetória do PIB do GABC apresentou a mesma tendência do PIB nacional e estadual, com taxas de crescimento menores em quase todos os períodos destacados. Com isso, a participação da economia do GABC na economia nacional, que era de 5,32% em 1970, regrediu para 4,72%, 3,29%, 2,91%, 2,39% e 2,11% nos anos de 1980, 1990, 2000, 2010 e 2018, respectivamente.



Está claro que o país não conseguiu estabelecer uma trajetória de crescimento econômico como observado em décadas anteriores, com nítidos efeitos negativos à geração e emprego e renda, ao fomento de novas oportunidades e negócios, bem como à capacidade de financiamento das políticas públicas com vistas à melhoria do bem estar social.

Dentre os desafios presentes na realidade brasileira, é possível elencar alguns sem nenhuma pretensão de abarcar todos os fatores que possam impor obstáculos. No curtíssimo prazo, dado o contexto vivenciado pelo mundo no último ano, indubitavelmente destaca-se a necessidade de reduzir a taxa de transmissão do Sars-Cov2, com a combinação entre vacinação, protocolos de distanciamento social e higiene, recomendados pelas autoridades de saúde e que já começam a demonstrar resultados em alguns locais do mundo. É essencial vencer esta questão para que seja possível retomar de maneira sólida a atividade econômica e estimular sua expansão futura.

Nos curto e médio prazos, a melhora do ambiente de negócios e a criação de mecanismos de estímulos às atividades econômicas se mostram cruciais, especialmente para o esforço de recuperação pós-crise sanitária, em que diversos produtores, em especial os médios e pequenos, sofreram duramente.

Nos médio e longo prazos, apesar da capacidade ociosa existente na economia brasileira hoje, é imprescindível ampliar a taxa de investimento com vistas à ampliação da capacidade produtiva e da produtividade dos setores produtivos no país. Os dados do Observatório da Produtividade do IBRE/FGV demonstram estagnação dos indicadores de produtividade na economia brasileira nas últimas décadas. Diversos especialistas avaliam este como sendo o principal desafio a ser superado pela estrutura produtiva da economia brasileira nos diferentes setores.

O atual cenário enfrentado pelo setor de geração de energia elétrica é um exemplo evidente dos efeitos da insuficiência de investimentos e da melhora na produtividade, e que, certamente, impactará negativamente sobre a retomada da economia brasileira nos próximos anos.

A longo prazo, além de não se perder de vista a necessidade de criar e manter um ambiente propício para a atração de investimentos, há aspectos que despontam como elementos críticos, dentre estes a qualificação da mão de obra, que tenderá a se tornar um elemento chave no cenário econômico.

É fato que a população brasileira está envelhecendo e a taxa de natalidade está diminuindo, o que levará a uma redução da força de trabalho em pouquíssimas décadas na economia bem como da oferta de jovens qualificados, com reflexos negativos sobre a dinâmica do mercado de trabalho. Ademais, pesa fortemente nesta questão a qualidade do sistema educacional e do sistema de formação profissional no Brasil. Isto posto, é plausível prever que poderemos sofrer um apagão de mão de obra, especialmente de jovens qualificados e que cada vez mais têm se deparado com oportunidades no mercado de trabalho em outros países que já enfrentam a baixa oferta de jovens talentos no presente.

Todas estas questões também estão presentes na economia do GABC. A região detém uma diversificada cadeia de produção, com relevante presença da indústria, significante acima da média nacional e estadual, tendo seus mercados consumidores pulverizados entre os estados e municípios do país, além de uma considerável base de exportação a outros países.

Esta interconexão regional, ampliada pela ampla distribuição espacial dos fornecedores, torna a dinâmica da economia regional significativamente atrelada ao desempenho da economia do país.

Ademais, há tempos se debate a necessidade de um esforço regional para a retomada da competitividade do Grande ABC frente às outras regiões do país, o que não ocorre sem ações que abarquem o planejamento econômico territorial, a criação de mecanismos de fomento e incentivo, a qualificação da mão de obra, bem como o aprimoramento da capacidade produtiva e tecnológica local, e será tanto mais difícil realizar sem o apoio e o planejamento dos governos suprarregionais

## 5. COMÉRCIO EXTERIOR

### 5.1 CORRENTE DE COMÉRCIO EXTERIOR AUMENTA 38% NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2021 EM SANTO ANDRÉ

No primeiro semestre 2021, a corrente de comércio exterior do Brasil cresceu pouco mais de 11%, em comparação a igual período de 2020. Neste intervalo, as exportações cresceram 13,1% e as importações 9,9%, o que permitiu um crescimento de 22,8% do superávit comercial, o qual somou US\$ 36,7 bilhões (FOB). Os maiores superávits foram registrados nos grupos de alimentos e bebidas básicos, insumos industriais básicos e combustíveis e lubrificantes básicos. De outro lado, os maiores déficits estão presentes nos grupos de peças para equipamentos de transporte, bens de capital, insumos industriais elaborados e peças e acessórios para bens de capital, conforme pode ser observado na tabela 8.2.1 - Comércio Exterior (US\$ FOB) – na seção INDICADORES, ao final deste texto.

No mesmo intervalo de comparação, o Grande ABC registrou alta de 55% na corrente de comércio exterior. As exportações ampliaram 57% e as importações 53,8%. O acréscimo nas exportações foi puxado em especial por bens de capital (115%) e bens intermediários (+27%) frente à redução das exportações de combustíveis e lubrificantes (-42%). Quanto às importações, os grupos que mais influenciaram seu crescimento foram bens de capital (+72%), bens intermediários (+55%), além de combustíveis e lubrificantes (+33%). Entretanto, nestes primeiros seis meses de 2021, a região continuou registrando déficit no saldo da Balança Comercial no montante de US\$ 579,08 milhões (FOB).

Nos primeiros sete meses do ano, a movimentação de comércio exterior da região foi de US\$ 5,4 bilhões (51% maior que em 2020), compostos por US\$ 2,4 bilhões de exportações (+47%) e US\$ 3 bilhões de importações (+55%). O déficit registrado no período foi de US\$ 661,4 milhões, 98% maior que em igual período de 2020.

No município de Santo André, a corrente de comércio exterior no primeiro semestre de 2021 apresentou crescimento de 38,4%. As exportações expandiram 17%, puxadas especialmente por bens de capital (exceto equipamentos de transporte, +630%); bens

intermediários e insumos industriais básicos (+267%) e peças para equipamentos de transporte (+20%); bem como pelo consumo de alimentos e bebidas elaborados (+28%).

De outro lado, as importações aumentaram 58%, sendo influenciadas pelos bens intermediários, em especial os insumos industriais elaborados (+82%) e bens de consumo semiduráveis (+96,3%) e não-duráveis (+65,9%). Como resultado, o déficit da Balança Comercial do município de Santo André se ampliou de US\$ 15,3 para US\$ 91,4 bilhões (FOB).

Considerando os sete primeiros meses do ano, a movimentação de comércio exterior realizada na economia municipal foi de US\$ 565 milhões, compostos por US\$ 234 milhões de exportação (+26%) e US\$ 330,4 milhões de importações (+59%). O déficit registrado no período foi de US\$ 95,8 milhões, 355% maior que os US\$ 21 milhões registrados em igual período do ano passado.

Neste período singular da história econômica, influenciado pelas restrições sanitárias impostas pela pandemia, a retomada do fluxo de comércio exterior mundial tem sido ditada pelo ritmo de retomada da atividade econômica nos países. Já se observa, segundo dados trimestrais dessazonalizados publicados pela UNCTAD/ONU, que o fluxo comercial retomou o fluxo pré-pandemia, puxado especialmente pelos países desenvolvidos e os países asiáticos em desenvolvimento. Esta retomada em ritmo desigual tem provocado uma ampliação da demanda por insumos de produção e commodities, em geral fornecidos pelos países em desenvolvimento, que não têm conseguido atender a demanda mundial. Como consequência, temos assistido à elevação do preço destes itens no mercado internacional e a escassez de vários itens na cadeia produtiva mundial.

Ao mesmo tempo, a atual desvalorização do real (R\$) se de um lado torna as exportações brasileiras mais competitivas e rentáveis aos setores exportadores, também encarece as importações, contribuindo assim para pressionar o custo de produção na economia brasileira, que nas últimas décadas assistiu sua estrutura produtiva se tornar cada vez mais dependente de importações.

## 6. MERCADO DE TRABALHO

### 6.1 A RETOMADA DO EMPREGO É SEMPRE LENTA

O trimestre abril/maio/junho de 2021 registrou no Brasil taxa de desocupação de 14,1% da força de trabalho, somando 14,4 milhões de pessoas desocupadas. Soma-se a esta a taxa de subutilização, que atingiu 28,6%, ao incorporar além dos desocupados, aqueles que estão ocupados com insuficiência de horas trabalhadas. Por fim, do total de pessoas ocupadas, cerca de 38% exercem sua atividade de maneira informal.

A elevação do número de desempregados ao longo do ano de 2020 foi influenciada negativamente pela desaceleração da atividade econômica por conta efeitos da pandemia. Ainda assim, o mercado formal de trabalho, regido pela CLT, registrou acréscimo de 81.115 postos de trabalho em 2020. No primeiro semestre de 2021, o total registrado soma 1.536 mil postos formais de trabalho no país, subindo para 1.848 mil no acumulado até julho.

No estado de São Paulo, a taxa de desocupação foi de 14,4% da força de trabalho no mesmo trimestre móvel, à qual se soma a taxa de subutilização de 25,1%. A taxa de informalidade registrada no Estado no período foi de aproximadamente 30%. Ao longo do ano de 2020, o Estado registrou no mercado formal de trabalho regido pela CLT a perda de 14.351 postos de trabalho. Em 2021, o saldo acumulado até o mês de julho é de 594.613 postos na unidade federal paulista.

Com relação à Região Metropolitana de São Paulo, o último dado oficial divulgado pelo IBGE apurou taxa de desocupação de 13,5% no 1º trimestre de 2020. Supondo que o mercado de trabalho da RMSP tenha apresentado um comportamento agregado próximo da trajetória da economia do Estado, a taxa de desocupação no trimestre móvel abril/maio/junho de 2021 situa-se entre 15,5% e 16,5% da força de trabalho.

Entretanto, estas estimativas têm como fundamento a trajetória passada dos indicadores de desocupação para o Estado de São Paulo e para a RMSP, o que pode gerar algum viés no resultado final, em especial em um ano de retração da atividade econômica no qual tende a ocorrer respostas diferentes no mercado de trabalho regional, tendo em vista a

diferença de composição setorial dos mesmos frente aos impactos diferentes sofridos por cada setor.

O Grande ABC, que não conta com um indicador específico para avaliação da taxa de desocupação, registrou ao longo do ano de 2020 perda de 12.402 postos formais de trabalho no regime CLT, sendo uma das regiões do estado com maior retração no mercado de trabalho formal, assim como outras mais adensadas populacional e produtivamente, como as regiões metropolitanas.

Os principais setores que perderam postos formais de trabalho no Grande ABC no ano passado foram a indústria de transformação, - 6.946, e os serviços, - 5.510. A construção civil foi o único setor a registrar saldo positivo na contratação de mão de obra forma na região.

No período janeiro a julho de 2021, a região apresentou saldo líquido positivo de 21.492 empregos formais, puxados pelos serviços, + 7.555, e pela indústria de transformação, +6.301. Os dados estão detalhados na tabela 8.2.2 - Mercado Formal de Trabalho - na seção INDICADORES, ao final deste texto.

O município de Santo André, no ano de 2020, registrou perda de 4.409 postos formais de trabalho, influenciados pelos setores de serviços, - 3.190, comércio, - 1.194, e indústria de transformação, - 1.090. Até o mês de julho de 2021, o município acumulou saldo positivo de 3.232 postos formais de trabalho sob influência em especial da construção civil, +1.407, e dos serviços, + 693.

O conjunto de informações apresentadas acima possibilita avaliar que, embora haja um maior nível de atividade econômica frente ao período de maio/julho de 2020, auge dos efeitos da pandemia sobre a dinâmica produtiva e comercial no país, a taxa de desocupação e de subutilização da força de trabalho permanece em patamares elevados, ampliada em meados de 2020, tanto no país como no estado paulista. Mesmo tendo estes apresentados, entre o começo de 2020 e o período atual, saldos positivos na geração de empregos formais, o que demonstra, primeiro, que a melhora do nível de emprego ocorre de forma mais lenta que a retomada do nível de atividade econômica e, segundo, que os efeitos sobre o mercado de

trabalho não são homogêneos, pois diferem regional e setorialmente, bem como nas diferentes categorias de ocupação.

Por fim, comparativamente, observa-se que o mercado de trabalho da região do Grande ABC vem sofrendo de forma mais prolongada, tomando como referência o saldo de empregos formais dos anos de 2020 e de 2021 até o presente momento. A região só superou as perdas observadas no ano passado após os saldos acumulados até o mês de maio, evidenciando uma velocidade de recuperação do mercado de trabalho mais lenta que o observado no estado paulista e no país.

## 7. ATIVIDADE ECONÔMICA

### 7.1 PEQUENOS SINAIS DE MELHORA NO RITMO DA ECONOMIA

Diante do contexto singular do ano de 2020, a economia brasileira registrou retração de 4,1% do PIB segundo o IBGE. No primeiro semestre de 2021, comparado com igual período de 2020, a economia nacional registrou crescimento de 6,4%, acumulando um crescimento de 1,8% nos 12 meses encerrados em junho.

As estimativas do SEADE apontam que, em 2020, a economia do Estado de São Paulo ficou estagnada com evolução de apenas 0,3%. Para a Região Metropolitana de São Paulo, o SEADE também estimou a ocorrência de uma estagnação em 2020, com variação de apenas 0,1% do valor adicionado na região, comparativamente a 2019. Ao término do 1º trimestre deste ano, as projeções de crescimento acumulado em 12 meses foram de 1,5% e 1,3% para o Estado de São Paulo e a RMSP, respectivamente.

Os dados de arrecadação do ICMS, divulgados pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, deflacionados pelo IPCA, apontaram retração de arrecadação da ordem de 1,56% no ano de 2020 no Estado de São Paulo, comparativamente ao ano de 2019, e de 4 % na RMSP.

A arrecadação de ICMS no estado paulista no 1º semestre de 2021 aumentou 20,6%, deflacionado pelo IPCA. Na RMSP, o acréscimo da arrecadação de ICMS foi de 13,8%.

Embora as variações de arrecadação de ICMS se mostrem mais voláteis que a variação do valor adicionado (riqueza gerada), não podendo ser tomadas como referência para a variação do PIB regional, a trajetória da arrecadação do ICMS consegue apontar a tendência apresentada pela dinâmica econômica local.

Como no Grande ABC a avaliação do PIB ocorre apenas com a divulgação dos dados oficiais do IBGE, com defasagem de aproximadamente dois anos, a avaliação da arrecadação de ICMS, disponibilizada pela Secretaria da Fazenda de São Paulo, traz algumas pistas sobre o comportamento da economia na região. Em 2020, comparada ao ano anterior, a arrecadação de ICMS na região retraiu 0,59%, deflacionado pelo IPCA. No primeiro semestre de 2021,



também comparado a igual período do ano de 2020, esta arrecadação apresentou crescimento de 35,9%.

Especificamente este indicador, isolado, induz à avaliação de melhora do nível de atividade econômica neste ano. Entretanto, não há elementos para avaliar o efeito desta melhora de arrecadação sobre a geração de riqueza local, tendo em vista, entre outros fatores, a composição setorial das economias locais e seus diferenciais.

Em Santo André, em 2020, houve redução de 0,16% da arrecadação de ICMS no município. No primeiro semestre de 2021, houve acréscimo de 49,3% em relação a igual período do ano anterior.

A arrecadação de ISS em Santo André, exceto na construção civil, regrediu 9,44% em 2020. No primeiro semestre de 2021, registou elevação de 1,59%, em termos reais.

Apesar das dificuldades em estimar o desempenho da atividade econômica por meio do comportamento das arrecadações tributárias, é possível supor uma pequena melhora na movimentação econômica local, ainda que de forma modesta, tendo em vista a melhora no volume de exportações e no mercado formal de trabalho, vistos nos tópicos anteriores.

## 7.2 INFLAÇÃO

Além do aumento do desemprego e da queda na massa de renda, que acumula cerca de -8% desde o último trimestre de 2019, a sociedade brasileira tem assistido, desde meados do ano passado, o recrudescimento da inflação. Em 2020, o IPCA fechou o ano apontando uma elevação média de 4,52% dos preços na economia brasileira. Entre janeiro e julho do ano passado, a variação acumulada era de 0,46%. Neste ano de 2021, nos primeiros oito meses, o IPCA acumula alta de 4,76%.

Na RMSP, no mesmo período, o IPCA registrou em 2020 variação de 0,55% dos preços, e, nos primeiros sete meses de 2021, variação de 4,33%.

Em 2020, os principais vilões da inflação foram os itens referentes à alimentação e à habitação. Estes acumularam altas de 14,09% e 5,25% no plano nacional. Neste ano de 2021, o principal componente a pressionar a inflação tem sido o gasto com transporte, que já acumula variação de 9,84% no país.

Como explicar a aceleração dos preços em um período em que a atividade econômica está desacelerando, o desemprego se ampliando e a renda disponível para consumo diminuindo? A resposta está no fato dos principais fatores determinantes da variação dos preços nos períodos advirem da pressão sobre custos, relacionados ao comportamento de oferta na economia.

A taxa de câmbio com o Real desvalorizado, se de um lado torna as exportações brasileiras mais competitivas e ampliam a rentabilidade das operações de exportação ao setor produtivo, também torna o custo das importações mais elevado. No caso dos bens em que o Brasil é um importante exportador, como commodities minerais e agrícolas, a retomada da atividade econômica nos países centrais elevou o preço internacional das mesmas, provocando uma pressão de demanda no mercado internacional, o que levou a uma maior oferta de bens para exportação. Fatores estes que, somados, explicam a pressão para cima dos preços no mercado doméstico, como no caso dos alimentos, bem como dos minérios e insumos produtivos.

Como relação à elevação dos custos com habitação, destacam-se a indexação dos contratos de aluguel e de financiamento imobiliários em relação à variação dos índices gerais de preços, que criam uma inércia inflacionária. A elevação dos preços de commodities como o aço e o cobre impacta diretamente no custo de construção do setor. A estes se somam gastos com a manutenção da casa, o consumo de energia elétrica e gás de cozinha, que têm se elevado em função das dificuldades de oferta da matriz energética brasileira devido à redução dos níveis de água nas hidrelétricas. Segundo dados do IBGE, o IPCA registrou elevação de 9,4% e 13,8% no custo da energia elétrica residencial no Brasil e na RMSP, respectivamente, nos primeiros sete meses de 2021.

Neste ano de 2021, a elevação dos preços dos combustíveis tem se mostrado o principal fator a impactar os custos com transporte, grupo que registra a maior variação de preços no ano. O gás de cozinha, segundo o IBGE, que registrou elevação de 12,4% em 2020, até julho de 2021 já acumula alta de 19,6% na RMSP. Os combustíveis de automóveis, em 2021, acumulam elevação de 25,3% dos preços na RMSP.

Segundo a ANP, nas últimas quatro semanas encerradas em 14 de agosto deste ano, o botijão de gás de 13 Kg de GLP registrou preço médio em torno de R\$ 92,70 no Grande ABC. O preço médio da gasolina comum registrado no mesmo período na região foi de cerca de R\$ 5,5. As variações dos preços médios entre os municípios do Grande ABC variam de forma ínfima.

Outro indicador regional importante relativo à inflação é o preço da cesta básica. Segundo o CRAISA, o preço da cesta básica na região aumentou de R\$ 666,53 em dezembro de 2019 para R\$ 869,55 em dezembro de 2020, um aumento nominal de 30,5%. Em julho deste ano, o valor da cesta básica somou R\$ 933,90 segundo o CRAISA, 7,40% superior ao preço registrado no último mês de dezembro.

É essencial observar que a elevação da inflação tem sido pressionada por fatores de oferta e não de demanda, a exemplo da elevação do custo de energia elétrica, dos combustíveis, do efeito da taxa de câmbio sobre os preços das importações e da elevação dos preços das commodities no mercado internacional. Em função destes, o Índice de Preços ao Produtor (IPP) apurado pelo IBGE acumula nos primeiros sete meses do ano alta de 21,39% e de 35,08% em 12 meses encerrados em julho. Isto significa que nos meses vindouros esta elevação de custos ao processo produtivo se transbordará para os preços aos consumidores. O cenário que se desenha para os próximos anos seguintes é de uma trajetória de baixo crescimento econômico, tendo em vista a crise energética enfrentada pelo país, combinado com um nível de inflação mediano.

## 8. INDICADORES

### 8.1 BRASIL E ESTADO DE SÃO PAULO

|   | Brasil   |             |             | Estado de São Paulo |             |             |
|---|----------|-------------|-------------|---------------------|-------------|-------------|
|   | 2020     | 1º sem 2020 | 1º sem 2021 | 2020                | 1º sem 2020 | 1º sem 2021 |
| PIB (% em relação igual período) <sup>1</sup> | -4,1     | -0,3        | 6,4         | 0,3                 | 1,0         | 5,9         |
| Produção Industrial (% acum.)                 | -4,5     | -10,9       | 12,9        | -6,0                | -14,3       | 17,6        |
| Comércio (% acum.)                            | -1,4     | -6,3        | 12,3        | -3,2                | -8,0        | 14,1        |
| Serviço (% acum.)                             | -7,1     | -7,0        | 10,9        | -6,5                | -6,1        | 10,6        |
| Inflação (% acum.) <sup>2</sup>               | 4,52     | 0,10        | 4,76        | 4,40                | 0,30        | 4,33        |
| Exportação (US\$ FOB)                         | 209,1 bi | 137,5 bi    | 161,6 bi    | 42,52 bi            | 23,1 bi     | 27,4 bi     |
| Importação (US\$ FOB)                         | 158,7 bi | 128,8 bi    | 117,2 bi    | 54,14 bi            | 30,8 bi     | 38,2 bi     |
| Balança Comercial (US\$ FOB)                  | 50,4 bi  | 8,7 bi      | 44,4 bi     | -11,62 bi           | -7,7 bi     | -10,8 bi    |
| Taxa Desocupação <sup>3</sup>                 | 13,9     | 13,3        | 14,1        | 14,6                | 13,6        | 14,4        |
| Saldo Emprego Formal <sup>4</sup>             | 76.721   | -1.163.934  | 1.848.304   | -14.351             | -355.491    | 594.613     |

Fonte: Contas Nacionais Trimestrais / IBGE; Pesquisa Industrial Mensal / IBGE; Pesquisa Mensal do Comércio / IBGE; Pesquisa Mensal dos Serviços / IBGE; índice de Preços ao Consumidor Amplo / IBGE; ComexStat / Ministério da Economia; Novo CAGED / Ministério do Trabalho e Previdência.

1 – As variações do PIB para o Estado de SP referem-se ao primeiro trimestre do ano

2 – A inflação mensurada pelo IPCA refere-se a dados do Brasil e da Região Metropolitana de São Paulo

3 – A taxa de desocupação calculada pelo PNAD refere-se ao Brasil e Estado de São Paulo, para o trimestre abril a junho

4 – Dados para o período de janeiro a julho de cada ano

## 8.2 GRANDE ABC E SANTO ANDRÉ

### 8.2.1 COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ FOB)

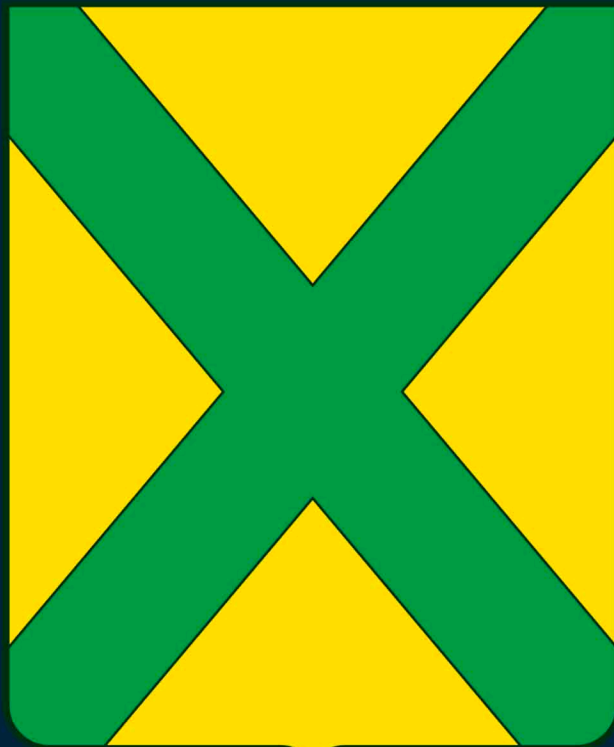
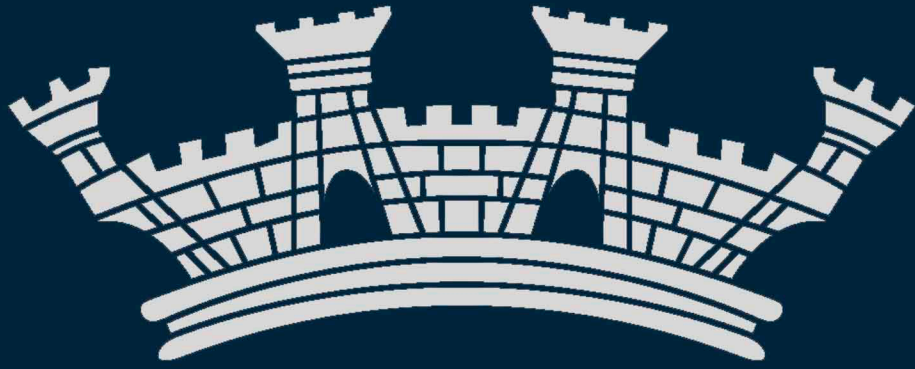
|                                  | GABC          |               |               | Santo André |              |              |
|----------------------------------|---------------|---------------|---------------|-------------|--------------|--------------|
|                                  | 2020          | jan jul2020   | jan jul 2021  | 2020        | jan jul 2020 | Jan mai 2021 |
| <b>Exportação</b>                | 3.296.185.855 | 1.636.502.219 | 2.407.133.040 | 358.897.063 | 185.932.373  | 234.624.367  |
| Bens Capital                     | 1.418.849.129 | 610789572     | 1.139.268.116 | 4.737.935   | 1.333.154    | 9.410.726    |
| Bens de Consumo                  | 156.621.340   | 94946288      | 107.002.703   | 6.990.348   | 5.316.439    | 2.692.872    |
| Bens Intermediários              | 1.718.301.637 | 928645888     | 1.155.734.025 | 347.156.382 | 179.282.780  | 219.098.720  |
| Combustíveis e Lubrificantes     | 2.413.749     | 2120471       | 1.086.207     | 12.398      | -            | 61.954       |
| Bens não especificados anterior. | -             | -             | 4.041.989     | -           | -            | 3.360.095    |
| <b>Importação</b>                | 3.525.498.899 | 1.969.708.596 | 3.068.615.275 | 362.213.387 | 206.950.569  | 330.450.747  |
| Bens Capital                     | 598.912.450   | 351.387.875   | 595.506.244   | 35.872.224  | 21.622.708   | 18.490.282   |
| Bens de Consumo                  | 252.382.180   | 149.432.016   | 148.892.775   | 14.577.810  | 7.713.637    | 12.580.951   |
| Bens Intermediários              | 2.667.999.699 | 1.465.119.245 | 2.304.070.806 | 307.082.207 | 174.637.400  | 295.377.755  |
| Combustíveis e Lubrificantes     | 6.170.041     | 3.769.460     | 170.769       | 4.681.146   | 2.976.824    | 3.994.578    |
| Bens não especificados anterior. | 34.529        | -             | 1.4781.368    | -           | -            | 7.181        |
| <b>Saldo Balança Comercial</b>   | -229.313.044  | -333.206.377  | -661.482.235  | -3.316.324  | -21.018.196  | -95.826.380  |

Fonte: ComexStat / Ministério da Economia

### 8.2.2 MERCADO FORMAL DE TRABALHO

|                            | GABC    |                |                | Santo André |                |                |
|----------------------------|---------|----------------|----------------|-------------|----------------|----------------|
|                            | 2020    | jan – jul 2020 | jan - jul 2021 | 2020        | jan – jul 2020 | jan – jul 2021 |
| <b>Saldo de Empregos</b>   | -12.422 | -34.781        | 21.413         | -4.409      | -11.046        | 3.232          |
| Agropecuária               | -6      | -12            | -6             | -2          | -1             | 0              |
| Comércio                   | -1.000  | -8.975         | 3.332          | -1.194      | -3.301         | 483            |
| Construção Civil           | 1.050   | -1.929         | 4.306          | 1.067       | -348           | 1.407          |
| Indústria de Transformação | -6.911  | -9.845         | 6.268          | -1.090      | -1.321         | 649            |
| Serviços                   | -5.555  | -14.020        | 7.513          | -3.190      | -6.035         | 693            |

Fonte: Caged/Ministério do Trabalho e Previdência



PAVLISTARVM TERRA MATER